Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Sexta-Feira, 17 de Julho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0896

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LEI N.º 1883/2015

Dispõe sobre o auxílio-alimentação no âmbito da Câmara Municipal de Manguairinha – PR.

Faço saber, que a Câmara Municipal de Manguairinha, Estado do Paraná, propôs e aprovou e eu, ALBARI GUIMORVAM FONSECA DOS SANTOS, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Manguairinha–PR, o auxílio-alimentação.

Art. 2.º O auxílio-alimentação possui natureza indenizatória e será concedido aos servidores ativos, efetivos ou comissionados, da Câmara Municipal de Manguairinha–PR. Parágrafo único. A concessão do benefício será feita em pecúnia, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado através do controle de frequência por biometria (ponto digital).

Art. 3.º O servidor não perceberá auxílio-alimentação quando estiver cedido a outro órgão ou outra entidade da Administração direta ou indireta, em gozo de férias ou afastado em virtude de licença, nas hipóteses previstas no Art. 105, da Lei Municipal n.º 1.032/1998.

Art. 4.º Considerar-se-á, para efeitos de pagamento do auxílio-alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

§ 1.º A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas.

§ 2.º O afastamento do servidor para participação em cursos, treinamentos ou atividades congêneres, mediante autorização do Presidente da Câmara Municipal, é considerado como dia trabalhado para percepção do auxílio-alimentação, salvo se houver o recebimento de diária, hipótese em que será observada a proporcionalidade prevista no caput deste artigo.

Art. 5.º O auxílio-alimentação de que trata esta Lei é fixado em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 6.º Os benefícios de que trata esta Lei não serão:

I–incorporados ao subsídio, vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II–configurados como rendimentos tributáveis;

III–base de cálculo de contribuição previdenciária e aplicação do teto remuneratório.

Art. 7.º A atualização do valor do auxílio-alimentação observará ao disposto na Lei Municipal n.º 1.771/2013.

Art. 8.º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Manguairinha–PR.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manguairinha, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e quinze.

Albari Guimorvam Fonseca dos Santos

Prefeito Municipal

Cod150489